

Demonstrações Financeiras

Dezembro 2014

Banco Cargill S.A.
CNPJ nº 03.609.817/0001-50



**15 anos
Brasil**



Cargill[®]

Banco Cargill

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco Cargill"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O ano de 2014 se mostrou muito interessante na questão econômica. No cenário internacional, as atenções continuaram voltadas para os Estados Unidos que, após apresentarem um crescimento fraco no primeiro trimestre por conta da forte nevasca que atingiu a costa leste do país, se mostraram preparados para iniciar uma fase de crescimento sustentável nos próximos anos. Por conta disso, as atenções se voltaram principalmente para as reuniões do Federal Reserve (Banco Central norte-americano), o qual indicou que a elevação dos juros dependeria, em especial, de dados positivos de emprego e inflação. Ainda com relação ao cenário internacional, dúvidas sobre a continuidade do forte crescimento chinês aliadas à crescente oferta derrubaram o preço das commodities.

No mercado local, houve uma deterioração das expectativas ao longo do ano. Em janeiro de 2014, de acordo com o relatório Focus - publicado pelo Banco Central, a expectativa de crescimento do PIB era de 1,95% e a previsão de inflação (IPCA) era de 5,97%. O ano terminou com crescimento próximo de 0% e inflação de 6,4%, próximo do teto da banda. Tendo esse cenário como base, o real apresentou uma desvalorização de 11,30% fechando o ano de 2014 cotado a R\$ 2,65.

Desempenho

O Banco Cargill S.A. encerrou o exercício de 2014 com R\$ 2.627.376 em ativos, variação de 44% em relação ao exercício de 2013, e lucro líquido de R\$ 58.196, incremento de também 44% em relação ao ano anterior. Nossa carteira de crédito atingiu R\$ 1.920.775, um crescimento de 33% ante R\$ 1.449.185 no exercício de 2013.

Nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 417.864, uma evolução de 16% ante R\$ 359.869 em 31 de dezembro de 2013.

Governança Corporativa

Em 2015, o Banco Cargill comemora 15 anos de atividades, com foco em ampliar a eficiência das soluções financeiras oferecidas pela Cargill Agrícola S.A. aos produtores rurais. Neste mesmo ano, a Cargill celebra também 150 anos de operações no mundo e 50 anos no Brasil, uma história de sucesso, comprometimento e confiança com os clientes, fornecedores e comunidade nos mercados e localidades em que atua.

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, somando sua experiência e credibilidade no mercado financeiro ao conhecimento no agronegócio para trazer benefícios a seus clientes e agilizar decisões na aprovação de crédito.

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança e transparência. O Banco Cargill está estruturado de forma a conduzir-se no caminho do crescimento sustentado, tendo como base o conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Segue, ainda, as diretrizes e políticas do Código de Conduta da Cargill, um manual baseado em 7 Princípios Éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

Destaques do período

EVOLUÇÃO	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Ativos Totais	1.824.154	2.627.376	44%
Aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	283.309	546.350	93%
Carteira de crédito	1.449.185	1.920.775	33%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.076	16.057	-55%
Depósitos	68.083	177.833	161%
Obrigações por operações compromissadas	-	144.374	-
Emissão de letras de crédito do agronegócio	500.006	426.476	-15%
Empréstimos e repasses do exterior	802.201	1.259.195	57%
Patrimônio líquido	359.869	417.864	16%
Lucro líquido	40.337	58.196	44%

Fundação Cargill

Desde sua criação em 1973, a Fundação Cargill tem sido um agente transformador nas localidades e causas em que atua. Ao longo dos anos, os projetos e programas sociais já contemplaram a entrega de um milhão de livros para 600 mil crianças, produção de mais de 750 toneladas de alimentos em hortas escolares e distribuição gratuita de 230 publicações técnicas.

A partir de 2011, a Fundação Cargill passou a atuar também em projetos sociais com temas voltados para a alimentação saudável, tendo como missão “promover alimentação saudável, segura, sustentável e acessível do campo ao consumidor”. Em 2014, foram apoiados 15 projetos sociais, em oito cidades, beneficiando 46.000 pessoas. Uma das iniciativas é o apoio ao Edukatu (www.edukatu.org.br), uma rede de aprendizagem que visa incentivar a troca de conhecimentos e práticas sobre consumo consciente entre professores e alunos do ensino fundamental de escolas em todo o Brasil.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 3.786/09, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil que visam a redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 26 de março de 2015

A Administração

ATIVO	Nota	2014	2013
CIRCULANTE		<u>2.365.788</u>	<u>1.657.258</u>
Disponibilidades		10.458	11.138
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	<u>296.829</u>	<u>114.948</u>
Aplicações no mercado aberto		296.829	114.342
Aplicações em depósitos interfinanceiros		–	606
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>230.498</u>	<u>147.178</u>
Carteira própria	6a	56.950	68.621
Instrumentos financeiros derivativos	6b	107.007	42.109
Vinculados à prestação de garantias	6a	66.541	36.448
Relações interfinanceiras		<u>327</u>	<u>1.508</u>
Créditos vinculados - Banco Central		327	1.508
Operações de crédito		<u>720.970</u>	<u>701.684</u>
Operações de crédito - setor privado	7	730.746	726.770
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(9.776)	(25.086)
Outros créditos		<u>1.101.924</u>	<u>676.536</u>
Carteira de câmbio	8	1.099.347	662.650
Negociação e intermediação de valores	6b	–	739
Diversos	9	5.316	19.515
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7f	(2.739)	(6.368)
Outros valores e bens		<u>4.782</u>	<u>4.266</u>
Despesas antecipadas		4.782	4.266
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>261.190</u>	<u>166.678</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>19.023</u>	<u>21.183</u>
Carteira própria	6a	–	17.563
Instrumentos financeiros derivativos	6b	19.023	3.620
Relações interfinanceiras		<u>75</u>	<u>469</u>
Créditos vinculados - Banco Central		75	469
Operações de crédito		<u>207.348</u>	<u>115.863</u>
Operações de crédito - setor privado	7	210.890	120.485
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7f	(3.542)	(4.622)
Outros créditos		<u>34.654</u>	<u>29.163</u>
Diversos	9	34.654	29.163
Outros valores e bens		<u>90</u>	<u>–</u>
Despesas antecipadas		90	–
PERMANENTE		<u>398</u>	<u>218</u>
Investimentos		<u>1</u>	<u>1</u>
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de uso	10	<u>284</u>	<u>104</u>
Outras imobilizações de uso		554	370
Depreciação acumulada		(270)	(266)
Intangível		<u>113</u>	<u>113</u>
Ativos intangíveis		113	113
TOTAL DO ATIVO		<u>2.627.376</u>	<u>1.824.154</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Em milhares de reais - R\$

PASSIVO	Nota	2014	2013
CIRCULANTE		<u>2.002.593</u>	<u>1.287.824</u>
Depósitos	11	<u>177.833</u>	<u>68.083</u>
Depósitos à vista		39.860	1.082
Depósitos a prazo		137.973	67.001
Obrigações por operações compromissadas	12	<u>144.374</u>	<u>—</u>
Carteira própria		144.374	—
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	<u>426.476</u>	<u>491.782</u>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		426.476	491.782
Relações interdependências	23a	<u>7.317</u>	<u>9.039</u>
Recursos em trânsito de terceiros		7.317	9.039
Obrigações por empréstimos	14	<u>1.099.535</u>	<u>661.389</u>
Empréstimos no exterior		1.099.535	661.389
Obrigações por repasses do exterior	15	<u>288</u>	<u>256</u>
Repasses do exterior		288	256
Instrumentos financeiros derivativos	6b	<u>121.387</u>	<u>39.189</u>
Instrumentos financeiros derivativos		121.387	39.189
Outras obrigações		<u>25.383</u>	<u>18.086</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	8	1	—
Sociais e estatutárias		553	2.662
Fiscais e previdenciárias	17a	18.391	14.529
Negociação e Intermediação de Valores		5.334	—
Diversas	17b	1.104	895
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>206.919</u>	<u>176.461</u>
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	<u>—</u>	<u>8.224</u>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		—	8.224
Obrigações por repasses do exterior	15	<u>159.372</u>	<u>140.556</u>
Repasses do exterior		159.372	140.556
Instrumentos financeiros derivativos	6b	<u>19.476</u>	<u>4.237</u>
Instrumentos financeiros derivativos		19.476	4.237
Outras obrigações		<u>28.071</u>	<u>23.444</u>
Fiscais e previdenciárias	17a	28.071	22.963
Diversas	17b	—	481
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>417.864</u>	<u>359.869</u>
Capital social	19a	<u>268.920</u>	<u>268.920</u>
De domiciliados no país		268.920	268.920
Reservas de lucros		149.149	91.123
Ajustes de avaliação patrimonial		<u>(205)</u>	<u>(174)</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>2.627.376</u>	<u>1.824.154</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2º semestre	Exercício	
		2014	2014	2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		300.442	338.763	283.249
Operações de crédito	21a	99.180	146.386	110.176
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21b	16.948	32.817	20.820
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21c	2.892	2.065	1.993
Resultado de operações de câmbio	21d	181.408	157.447	150.135
Resultados das aplicações compulsórias		14	48	125
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(242.716)	(260.761)	(211.626)
Operações de captação no mercado	21e	(32.345)	(58.124)	(31.901)
Operações de empréstimos e repasses	21f	(207.101)	(222.656)	(163.168)
Reversão/(Provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	7f	(3.270)	20.019	(16.557)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		57.726	78.002	71.623
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(13.618)	18.958	(23.645)
Receitas de prestação de serviços		2	5	5
Despesas de pessoal	21g	(1.527)	(5.189)	(3.880)
Outras despesas administrativas	21h	(3.351)	(7.816)	(6.418)
Despesas tributárias	21i	(2.665)	(6.455)	(5.728)
Outras receitas operacionais	21j	92	52.299	472
Outras despesas operacionais	21k	(6.169)	(13.886)	(8.096)
RESULTADO OPERACIONAL		44.108	96.960	47.978
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		21	21	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		44.129	96.981	47.978
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16a	(17.662)	(38.785)	(7.641)
Provisão para imposto de renda		(6.899)	(16.324)	(9.180)
Provisão para contribuição social		(3.943)	(13.610)	(4.856)
Ativo fiscal diferido		(6.820)	(8.851)	6.395
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		26.467	58.196	40.337
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		-	-	29.347
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL		268.919.589	268.919.589	268.919.589
LUCRO POR AÇÃO NO SEMESTRE/EXERCÍCIOS - R\$1,00		0,10	0,22	0,15

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto dividendos por ação)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	199.183	-	4.196	76.320	340	-	280.039
Aumento de capital	47.071	22.666	-	-	-	-	69.737
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	(514)	-	(514)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	40.337	40.337
Destinações:							
Reservas	-	-	2.017	8.590	-	(10.607)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,11 por ação)	-	-	-	-	-	(29.347)	(29.347)
Dividendos (R\$ 0,001 por ação)	-	-	-	-	-	(383)	(383)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	246.254	22.666	6.213	84.910	(174)	-	359.869
Aumento de capital	22.666	(22.666)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	(31)	-	(31)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	58.196	58.196
Destinações:							
Reservas	-	-	2.910	55.116	-	(57.643)	383
Dividendos (R\$ 0,001 por ação)	-	-	-	-	-	(553)	(553)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	268.920	-	9.123	140.026	(205)	-	417.864
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	268.920	-	6.213	85.293	50	31.729	392.205
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	(255)	-	(255)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	26.467	26.467
Destinações:							
Reservas	-	-	2.910	54.733	-	(57.643)	-
Dividendos (R\$ 0,001 por ação)	-	-	-	-	-	(553)	(553)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	268.920	-	9.123	140.026	(205)	-	417.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2º semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.716	182.046	(349.806)
Lucro líquido ajustado	48.599	80.896	72.955
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	44.129	96.981	47.978
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.270	(20.019)	16.557
Provisão para contingências	1.161	3.875	3.174
Depreciação	39	59	42
Impostos diferidos	-	-	5.204
Variação de ativos e obrigações	(36.883)	101.150	(422.761)
(Aumento) redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.534	606	(105)
Aumento de títulos e valores mobiliários	(57.480)	(81.212)	(66.473)
Aumento de operações de crédito	(235.364)	(94.381)	(111.970)
(Aumento) redução de outros créditos	(403.558)	(436.175)	27.466
Aumento de outros valores e bens	(1.672)	(517)	(4.230)
Aumento (redução) de depósitos	104.874	109.750	(306.096)
Aumento de Operações Compromissadas	144.374	144.374	-
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissões de títulos	(77.925)	(73.530)	89.530
Aumento de relações interfinanceiras e interdependências	(42.056)	(147)	(33.870)
Aumento (redução) de obrigações por empréstimos e repasses	430.778	456.994	(18.596)
Redução de instrumentos financeiros derivativos	96.278	97.437	19.578
Aumento (redução) de outras obrigações	2.695	(4.826)	7.613
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.361)	(17.223)	(25.608)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(124)	(239)	(70)
Aquisição de imobilizado de uso	28	28	4
Investimentos no imobilizado de uso e intangível	(152)	(267)	(74)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	40.061
Dividendos pagos	-	-	(6.681)
Aumento de capital	-	-	46.742
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.592	181.807	(309.815)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	295.695	125.480	435.295
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	307.287	307.287	125.480
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.592	181.807	(309.815)

Em milhares de reais - R\$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial e de investimento.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 26 de março de 2015.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento inferior a 90 dias na data da aplicação.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.
- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela BM&FBOVESPA. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(f) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(g) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(h) Permanente

É demonstrado considerando os seguintes aspectos:

- Outros investimentos são demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando a vida útil e econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(j) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Provisões - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes - Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Obrigações legais - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(l) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 15%.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

(m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

Em milhares de reais - R\$

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Disponibilidades	10.458	11.138
Aplicações no mercado aberto (nota 5)	296.829	114.342
Total de caixa e equivalentes de caixa	307.287	125.480

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Papel/vencimento	2014	2013
	Até 90 dias	Até 90 dias
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	296.829	114.342
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Vinculados ao crédito rural	-	606
	296.829	114.948

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Títulos e Valores Mobiliários, classificados como disponíveis para venda

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e as ações de companhias abertas estão custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	2014						
	Valor de mercado						Ajuste a mercado
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total	Valor de curva	
Carteira Própria							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	29.987	4.859	22.005	56.851	56.956	(105)
Ações de companhias abertas	99	-	-	-	99	10	89
	99	29.987	4.859	22.005	56.950	56.966	(16)
Vinculados à prestação de garantias							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	14.578	51.963	66.541	66.866	(325)
	99	29.987	19.437	73.968	123.491	123.832	(341)

Papel/vencimento	2013							
	Valor de mercado						Ajuste a mercado	
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Total		Valor de curva
Carteira Própria								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	19.992	-	48.518	17.563	86.073	86.220	(147)
Ações de companhias abertas	111	-	-	-	-	111	10	101
	111	19.992	-	48.518	17.563	86.184	86.230	(46)
Vinculados à prestação de garantias								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	19.527	16.921	-	36.448	36.692	(244)
	111	19.992	19.527	65.439	17.563	122.632	122.922	(290)

Os ajustes a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi uma perda de R\$ 341 (perda de R\$ 290 em 2013), e são registrados em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 205 de perda (perda de R\$ 174 em 2013), líquidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as ações de companhias abertas são compostas por 10.000 ações da BM&FBOVESPA.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é

efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar, euro e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, euro, cupom cambial e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&FBOVESPA, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários e contratos de balcão registrados na CETIP S.A., também avaliados pelo valor de mercado.

(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos

• **Contratos de Swap**

Indexador	2014					
	Valor de referência	Valor de mercado			Valor de curva	Ganho (perda)
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida		
CDI x Dólar	127.421	140.413	148.347	(7.934)	(10.054)	2.120
Dólar x Pré	406.768	34.554	9.761	24.793	-	24.793
	<u>534.189</u>	<u>174.967</u>	<u>158.108</u>	<u>16.859</u>	<u>(10.054)</u>	<u>26.913</u>
Vencimento						
De 01 a 90 dias	455.515	96.518	72.993	23.525	(1.961)	25.486
De 91 a 180 dias	6.108	290	150	140	-	140
De 181 a 360 dias	72.566	78.159	84.965	(6.806)	(8.093)	1.287
	<u>534.189</u>	<u>174.967</u>	<u>158.108</u>	<u>16.859</u>	<u>(10.054)</u>	<u>26.913</u>

Indexador	2013					
	Valor de referência	Valor de mercado			Valor de curva	Ganho (perda)
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida		
Pré x CDI	5.000	5.197	5.320	(123)	(17)	(106)
CDI x Dólar	15.000	15.954	16.490	(536)	(503)	(33)
CDI x Pré	5.000	5.320	5.197	123	17	106
Dólar x Pré	21.700	2.943	661	2.282	-	2.282
	<u>46.700</u>	<u>29.414</u>	<u>27.668</u>	<u>1.746</u>	<u>(503)</u>	<u>2.249</u>
Vencimento						
De 91 a 180 dias	21.700	2.943	661	2.282	-	2.282
De 181 a 360 dias	25.000	26.471	27.007	(536)	(503)	(33)
	<u>46.700</u>	<u>29.414</u>	<u>27.668</u>	<u>1.746</u>	<u>(503)</u>	<u>2.249</u>

Os contratos de Swap são negociados em Balcão e registrados na CETIP S.A.

• **Contratos de operações a termo**

Tipo	2014				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - dólar	1.151.876	98.418	673	97.745	44.083
Venda - dólar	1.469.848	760	128.509	(127.749)	(74.359)
Compra - euro	2.996	99	-	99	50
Venda - euro	4.888	-	154	(154)	(73)
	<u>2.629.608</u>	<u>99.277</u>	<u>129.336</u>	<u>(30.059)</u>	<u>(30.299)</u>
Vencimento					
Até 90 dias	790.702	12.070	43.790	(31.720)	(31.279)
De 91 a 180 dias	839.296	45.589	44.489	1.100	784
De 181 a 360 dias	667.561	22.595	21.581	1.014	586
Acima de 360 dias	332.049	19.023	19.476	(453)	(390)
	<u>2.629.608</u>	<u>99.277</u>	<u>129.336</u>	<u>(30.059)</u>	<u>(30.299)</u>

Em milhares de reais - R\$

Tipo	2013				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - dólar	889.526	41.152	1.890	39.262	(13.078)
Venda - dólar	909.368	2.172	40.877	(38.705)	15.260
	<u>1.798.894</u>	<u>43.324</u>	<u>42.767</u>	<u>557</u>	<u>2.182</u>
Vencimento					
Até 90 dias	157.833	1.544	1.963	(419)	821
De 91 a 180 dias	834.565	26.746	26.334	412	1.014
De 181 a 360 dias	530.171	11.414	10.233	1.181	1.237
Acima de 360 dias	276.325	3.620	4.237	(617)	(890)
	<u>1.798.894</u>	<u>43.324</u>	<u>42.767</u>	<u>557</u>	<u>2.182</u>

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na CETIP S.A.

• **Contratos de opções**

	2014			
	Valor de referência	Valor do prêmio	Valor de mercado	Ganho (perda)
Compra de Opção de Compra - dólar	24.500	1.301	1.923	622
Compra de Opção de Venda - dólar	49.000	788	-	(788)
	73.500	2.089	1.923	(166)
Venda de Opção de Compra - dólar	62.500	(1.778)	(3.556)	(1.778)
Venda de Opção de Venda - dólar	62.500	(1.137)	-	1.137
	125.000	(2.915)	(3.556)	(641)
	<u>198.500</u>	<u>(826)</u>	<u>(1.633)</u>	<u>(807)</u>

Em dezembro de 2013 não houve posições de opções em aberto.

• **Contratos futuros**

Tipo	2014				
	Valor de referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	8.414	-	-	-	8.414
Venda DI1	304.366	318.188	325.038	214.000	1.161.592
Cupom cambial:					
Compra DDI	254.452	13.168	81.999	-	349.619
Venda DDI	-	-	9.168	-	9.168
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	50.692	-	-	-	50.692
Venda DOL	120.193	-	-	-	120.193
Compra EUR	1.612	-	-	-	1.612
	<u>739.729</u>	<u>331.356</u>	<u>416.205</u>	<u>214.000</u>	<u>1.701.290</u>
	2013				
	Valor de referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Venda DI1	56.458	256.243	387.628	191.742	892.071
Cupom cambial:					
Compra DDI	47.153	-	-	-	47.153
Venda DDI	6.564	-	31.517	-	38.081
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	88.112	-	-	-	88.112
Venda DOL	43.924	-	-	-	43.924
Compra SCS	1.180	-	-	-	1.180
	<u>243.391</u>	<u>256.243</u>	<u>419.145</u>	<u>191.742</u>	<u>1.110.521</u>

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na BM&FBovespa. O valor do ajuste a pagar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 5.334, (ajuste a receber de R\$ 739 em 2013), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
(a) Por tipo de operação

Descrição	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	979.139	50,98	601.930	41,54
Financiamentos à exportação	782.960	40,76	672.949	46,44
Empréstimos	158.676	8,26	174.306	12,02
	<u>1.920.775</u>	<u>100,00</u>	<u>1.449.185</u>	<u>100,00</u>
Operações de crédito - Circulante	730.746	38,04	726.770	50,15
Operações de crédito - Longo prazo	210.890	10,98	120.485	8,31
Carteira de câmbio - Circulante	979.139	50,98	601.930	41,54

(b) Por vencimento

Descrição	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	27.564	1,44	21.545	1,49
A vencer até 3 meses	424.443	22,10	181.137	12,50
A vencer de 3 a 12 meses	1.257.878	65,49	1.126.018	77,70
A vencer de 1 a 3 anos	207.303	10,79	112.033	7,73
A vencer de 3 a 5 anos	3.587	0,19	8.452	0,58
	<u>1.920.775</u>	<u>100,00</u>	<u>1.449.185</u>	<u>100,00</u>

(c) Por setor de atividade

Descrição	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	1.072.313	55,82	845.637	58,35
Indústria	248.169	12,92	387.840	26,76
Comércio	211.597	11,02	188.611	13,01
Outros serviços	388.696	20,24	27.097	1,88
	<u>1.920.775</u>	<u>100,00</u>	<u>1.449.185</u>	<u>100,00</u>

(d) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% entre as taxas de captação e as taxas das operações ativas vinculadas, em cada operação. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	2014	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	977.085	-
Empréstimos no exterior - Exportação	-	1.097.267
	<u>977.085</u>	<u>1.097.267</u>

Descrição	2013	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	572.293	-
Empréstimos no exterior - Exportação	-	629.595
	<u>572.293</u>	<u>629.595</u>

(e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	2014				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da Provisão
AA	818.451	-	818.451	42,61	-
A	922.405	-	922.405	48,02	4.612
B	92.583	11.032	103.615	5,40	1.036
C	40.195	16.490	56.685	2,95	1.701
D	5.591	-	5.591	0,29	559
F	11.715	42	11.757	0,61	5.878
H	2.271	-	2.271	0,12	2.271
	<u>1.893.211</u>	<u>27.564</u>	<u>1.920.775</u>	<u>100,00</u>	<u>16.057</u>

Em milhares de reais - R\$

Nível	2013				Valor da provisão
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	
AA	522.537	-	522.537	36,06	-
A	767.851	-	767.851	52,99	3.839
B	39.215	-	39.215	2,71	392
C	7.893	-	7.893	0,54	237
D	16.223	17.997	34.220	2,36	3.422
E	61.611	-	61.611	4,25	18.483
F	12.310	-	12.310	0,85	6.155
H	-	3.548	3.548	0,24	3.548
	<u>1.427.640</u>	<u>21.545</u>	<u>1.449.185</u>	<u>100,00</u>	<u>36.076</u>

(f) **Movimentação da provisão para operações de crédito**

Descrição	2014	2013
Saldo inicial	36.076	34.992
Constituição	12.436	29.663
Reversão	(32.455)	(13.106)
Baixa para prejuízo	-	(15.473)
Saldo final	<u>16.057</u>	<u>36.076</u>
Operações de crédito - Circulante	9.776	25.086
Operações de crédito - Longo prazo	3.542	4.622
Outros créditos - Circulante	2.739	6.368

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram recuperados R\$ 721 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 6.681 em 2013), e renegociados créditos no montante de R\$ 27.991 (R\$ 22.095 em 2013).

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	2014	
	Outros créditos	Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	1.071.352	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	27.995	-
Obrigações por compra de câmbio	-	951.144
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(951.144)
Circulante	<u>1.099.347</u>	<u>-</u>

Descrição	2013	
	Outros créditos	Outras obrigações
Câmbio comprado a liquidar	646.604	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	16.046	-
Obrigações por compra de câmbio	-	585.884
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(585.884)
Circulante	<u>662.650</u>	<u>-</u>

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Descrição	2014	2013
Créditos tributários (nota 16c)	12.769	26.085
Devedores por depósitos em garantia (nota 18a)	27.172	22.196
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3	156
Impostos e contribuições a compensar	-	20
Adiantamentos e antecipações salariais	17	15
Outros	9	206
	<u>39.970</u>	<u>48.678</u>
Circulante	5.316	19.515
Longo prazo	34.654	29.163

10. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	2014	2013
				Valor líquido	Valor líquido
Móveis e equipamentos de uso	10	49	44	5	9
Sistema de processamento de dados	20	173	163	10	13
Sistema de transporte	20	332	63	269	82
		<u>554</u>	<u>270</u>	<u>284</u>	<u>104</u>

11. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	2014			
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo de 91 a 180 dias	Depósitos a prazo de 181 a 360 dias	Total
Indústria, comércio e serviços	393	-	-	393
Pessoas físicas	59	-	-	59
Sociedades ligadas	39.408	66.185	71.788	177.381
	<u>39.860</u>	<u>66.185</u>	<u>71.788</u>	<u>177.833</u>

Segmento de mercado	2013			
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo de 91 a 180 dias	Depósitos a prazo de 181 a 360 dias	Total
Indústria, comércio e serviços	239	-	-	239
Pessoas físicas	184	-	-	184
Sociedades ligadas	659	3.882	63.119	67.660
	<u>1.082</u>	<u>3.882</u>	<u>63.119</u>	<u>68.083</u>

12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Carteira própria	2014
	Até 90 dias
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	144.374

Referem-se às operações compromissadas envolvendo títulos de renda fixa regulamentadas pela Resolução CMN nº 3.339/06, que estão vinculadas às operações de crédito. Esses títulos estão custodiados na CETIP S.A.

Em dezembro de 2013 não houve posições de obrigações compromissadas em aberto.

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Título emitido	2014				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA	304.717	45.635	76.124	-	426.476

Título emitido	2013				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA	262.845	126.723	102.214	8.224	500.006

Letras de Crédito do Agronegócio referem-se à captação com taxa de juros pós-fixada de 90% a 95% da variação do DI (85% a 95% em 2013) e taxa de juros pré-fixada de 10% a 11,24% (7,05% a 11,04% em 2013).

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	2014				
	Vencidos	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	4.759	440.293	239.784	414.699	1.099.535

Obrigações em moeda estrangeira	2013				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	211.423	232.520	217.446	-	661.389

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se à captação com variação cambial e taxas de juros de 0,85% a.a. a 8,5% a.a. (0,87% a.a. a 8% a.a. em 2013).

15. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	2014		
	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repases do exterior	288	159.372	159.660

Obrigações em moeda estrangeira	2013		
	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repases do exterior	256	140.556	140.812

Obrigações por repases do exterior com variação cambial e taxas de juros de 0,95% a.a. (0,98% a.a. em 2013).

Em milhares de reais - R\$

16. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	2014	2013
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL) e Juros sobre o Capital Próprio	96.981	47.978
Juros sobre o Capital Próprio	-	(29.347)
Resultado antes Imposto de Renda e da Contribuição Social	96.981	18.631
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 40%	(38.792)	(7.452)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	(27)	(222)
Outros	34	33
Despesa com IRPJ e CSLL	<u>(38.785)</u>	<u>(7.641)</u>

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2013	Constituição	Reversão	31/12/2014
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	40	1	(6)	35
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	1.413	10.368	-	11.781
Total	<u>1.453</u>	<u>10.369</u>	<u>(6)</u>	<u>11.816</u>

(c) Ativo fiscal diferido

• Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2013	Constituição	Reversão	31/12/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.430	4.974	(12.981)	6.423
Operações em prejuízo	6.189	-	(6.189)	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	157	1.612	(1.597)	172
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	5.309	1.172	(307)	6.174
Total dos créditos registrados	<u>26.085</u>	<u>7.758</u>	<u>(21.074)</u>	<u>12.769</u>

• Expectativa e realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
2015	1.976	1.186	3.162
2016	1.523	913	2.436
2017	680	408	1.088
2018	11	7	18
2024	3.791	2.274	6.065
Total	<u>7.981</u>	<u>4.788</u>	<u>12.769</u>

• Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 7.595 (R\$ 20.756 em 2013), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2014	2013
Provisão para riscos fiscais (nota 18a)	27.172	22.607
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	6.758	8.895
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 16b)	11.816	1.453
Impostos e contribuições sobre salários	99	82
Outros	617	4.455
	<u>46.462</u>	<u>37.492</u>
Circulante	18.391	14.529
Longo prazo	28.071	22.963

(b) Diversas

Descrição	2014	2013
Provisões (nota 18a)	272	962
Despesas com pessoal	280	197
Valores a pagar por prestação de serviços (nota 20)	229	-
FGC - Fundo Garantidor de Crédito	164	112
Publicações	84	82
Processamento de dados	62	13
Outros	13	10
	<u>1.104</u>	<u>1.376</u>
Circulante	1.104	895
Longo prazo	-	481

18. PROVISÕES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTINGÊNCIAS
(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações nos exercícios de 2014 e de 2013

O Banco lida com questões de naturezas fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3k.

Descrição	2014	2013
Saldo da provisão no início do exercício	23.569	20.395
Constituição	4.641	3.634
Reversão	(766)	(460)
Saldo da provisão no fim do exercício	27.444	23.569

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data-base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2014 as provisões totalizaram R\$ 23.192 (R\$ 18.627 em 2013).

O Banco obteve sentença favorável em 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previsto na Lei nº 9.718/98. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a decisão de 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previsto na Lei nº 9.718/98 e determinando o recolhimento destas contribuições com base na Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91. A decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região transitou em julgado em 22/01/2013. Em 25/11/2013, após os autos retornarem à origem, o Banco apresentou petição requerendo o levantamento integral dos depósitos judiciais efetuados. Em 06/11/2014 após decisão desfavorável, o Banco ingressou com recurso e aguarda decisão judicial definitiva quanto à autorização para levantamento do montante depositado.

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao FGTS e ao INSS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Ainda em relação à contribuição ao FGTS, o Banco questiona o aumento da alíquota instituído pela Lei Complementar nº 110/01. No exercício de 2014 as provisões totalizaram R\$ 1.070 (R\$ 1.070 em 2013).

O Banco questiona o aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% ocorrida a partir de maio de 2008. Os valores questionados referentes aos exercícios de 2009 e de 2010, base lucro real, e de 2011, base lucro por estimativa, foram depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2014 as provisões totalizaram R\$ 2.910 (R\$ 2.910 em 2013).

Os valores de provisão de natureza fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Depósitos judiciais		Valores provisionados	
	2014	2013	2014	2013
CSLL	2.910	2.910	2.910	2.910
PIS	3.237	2.541	3.237	2.599
COFINS	19.955	15.670	19.955	16.028
FGTS	260	260	260	260
INSS	810	810	810	810
	27.172	22.191	27.172	22.607

(b) Contingências possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei nº 9.718/98: auto de infração lavrado para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 a dezembro de 2003, no valor total de R\$ 14.438 (R\$ 13.649 em 2013).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 268.919.589 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos e reserva legal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está assim demonstrado:

Descrição	2014	2013
Lucro líquido do exercício	58.196	40.337
Reserva legal	(2.910)	(2.017)
Base para cálculo dos dividendos	55.286	38.320
Dividendos provisionados/pagos	553	383

Em milhares de reais - R\$

(c) Juros sobre o capital próprio

Conforme AGE (Ata de Assembleia Geral Extraordinária) em 31 de dezembro de 2013 de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 29.347, reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 11.739.

Em 2014 o Banco não provisionou nem declarou juros sobre o capital próprio.

(d) Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(e) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado à reserva estatutária.

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 o Banco mantém ou manteve operações com as seguintes partes relacionadas:

Valores a receber: Cargill Agrícola S.A.

Depósitos à vista: Cargill Agrícola S.A., TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda., Cargill Comercializadora de Energia Ltda., Cargill Agro Ltda., Cargill Participações Ltda. e Cargill Brasil Participações Ltda.

Depósitos a prazo: Cargill Agro Ltda., Cargill Alimentos Ltda. e Cargill Comercializadora de Energia Ltda.

Letras de Crédito do Agronegócio - LCA: Cargill Agrícola S.A. e TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda.

Obrigações por empréstimos: Cargill Global Funding PLC e Cargill Financial Services International Inc

Obrigações por repasses do exterior: Cargill Financial Services International Inc

Operações a termo: Cargill Agrícola S.A., Cargill Agro Ltda., TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda., Cargill Alimentos Ltda., SJC Bioenergia S.A. e Central Energética Vale do Sapucaí Ltda.

Valores a pagar/serviços técnicos especializados: Cargill Agrícola S.A.

As operações foram realizadas em condições usuais de mercado e os valores apurados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram:

Descrição	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	2014	2013	2014	2013
Valores a receber	-	206	-	-
Depósitos à vista	(39.395)	(659)	-	-
Depósitos a prazo	(114.338)	(67.001)	(5.762)	(6.850)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	(3.654)	(842)	(733)
Obrigações por empréstimos	(1.099.535)	(661.389)	(193.780)	(143.553)
Obrigações por repasses do exterior	(159.660)	(140.812)	(28.875)	(19.615)
Operações a termo	(5.785)	2.180	135	4.102
Valores a pagar/serviços técnicos especializados	(229)	-	(1.236)	(2.075)

Em dezembro de 2013 os montantes referentes à remuneração dos membros-chaves da Administração do Banco foram de R\$ 681, que incluem proventos e gratificações de curto e de longo prazo.

21. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(a) Operações de crédito

Descrição	2º semestre	2014	2013
Rendas de financiamentos a exportação	85.259	119.159	84.144
Rendas de empréstimos	13.921	26.506	19.171
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	721	6.861
	<u>99.180</u>	<u>146.386</u>	<u>110.176</u>

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre	2014	2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.510	21.639	14.281
Títulos de renda fixa	6.438	11.178	6.539
	<u>16.948</u>	<u>32.817</u>	<u>20.820</u>

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2º semestre	2014	2013
Swap	20.397	24.312	(532)
Contratos futuros	41.027	11.239	239
Contratos de opções	(693)	(413)	1.372
Contratos de operações a termo	(57.839)	(33.073)	914
	<u>2.892</u>	<u>2.065</u>	<u>1.993</u>

(d) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2º semestre	2014	2013
Resultado com variação cambial	149.857	109.679	102.660
Resultado de operações de câmbio	25.130	40.656	43.693
Outros	6.421	7.112	3.782
	<u>181.408</u>	<u>157.447</u>	<u>150.135</u>

(e) Operações de captação no mercado

Descrição	2º semestre	2014	2013
Letras de crédito do agronegócio - LCA	25.455	47.697	22.820
Depósito a prazo - CDB	5.898	9.017	8.496
Operações compromissadas - carteira própria	519	524	194
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	473	886	391
	<u>32.345</u>	<u>58.124</u>	<u>31.901</u>

(f) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	2º semestre	2014	2013
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	178.976	193.781	143.553
Despesas com repasses do exterior	28.125	28.875	19.615
	<u>207.101</u>	<u>222.656</u>	<u>163.168</u>

(g) Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre	2014	2013
Proventos	848	3.952	2.785
Encargos sociais	600	1.115	817
Benefícios	76	117	278
Outros	3	5	-
	<u>1.527</u>	<u>5.189</u>	<u>3.880</u>

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	2º semestre	2014	2013
Serviços técnicos especializados	1.363	3.759	3.152
Processamento de dados	682	1.332	1.523
Serviços do sistema financeiro	785	1.317	716
Contribuições e Doações	151	556	-
Publicações	57	122	114
Emolumentos judiciais e cartorários	37	105	120
Aluguel	51	101	136
Contribuição entidades de classe	51	94	88
Viagens	54	91	33
Manutenção e conservação	15	80	-
Contribuição sindical patronal	-	72	-
Depreciações	39	59	42
Comunicação	28	48	38
Outras	38	80	456
	<u>3.351</u>	<u>7.816</u>	<u>6.418</u>

(i) Despesas tributárias

Descrição	2º semestre	2014	2013
Contribuição à Cofins	1.878	4.942	4.228
Contribuição ao PIS	346	865	755
Outros	441	648	745
	<u>2.665</u>	<u>6.455</u>	<u>5.728</u>

Em milhares de reais - R\$

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	2º semestre	2014	2013
Reversão de provisões operacionais	90	642	460
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	-	51.357	-
Outros	2	300	12
	<u>92</u>	<u>52.299</u>	<u>472</u>

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	2º semestre	2014	2013
Despesas de comissões	6.075	11.662	7.759
Variações cambiais	-	1.999	-
Descontos concedidos em operações de créditos	68	97	234
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	13	25	81
Outros	13	103	22
	<u>6.169</u>	<u>13.886</u>	<u>8.096</u>

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a) Governança corporativa

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base o seu conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como as políticas internas do Banco.

(b) Risco de crédito

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por todas as áreas (Crédito, Comercial e Pós-Venda), tendo-se como base a política de crédito e os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração, os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

(c) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 3.464/07, visando otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da alta Administração. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e subordinada ao Presidente do Banco e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de risco de mercado.

(d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes a sua atividade e de continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pela Resolução CMN nºs 4.193/13 e 4.192/13 e Circular BACEN nº 3.640/13.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da nossa liquidez, além de projeções e análises de cenários de stress.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados ao risco de liquidez, que são periodicamente reavaliados, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

(f) Gestão de capital

O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais à Instituição estará exposta.

A Alta Administração do Banco Cargill deve garantir a instalação do processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos: de mercado; de liquidez; de crédito; operacionais; legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(g) Índice de Basileia

Índice de Basileia	2014	2013
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	1.952.666	1.493.661
Patrimônio de Referência (PR)	417.863	359.868
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	311.050	164.421
Valor total da parcela Rban	583	118
Valor da Margem sobre PR (considerando Rban)	202.487	195.447
Índice de Basileia - (PR ÷ RWA)	21,40%	24,09%
Índice de Basileia Amplo (PR - Rban * F) ÷ RWA	21,34%	24,09%
Fator "F" - Circular BACEN nº 3.360/07	11%	11%

Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de risco está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.bancocargill.com.br.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES
(a) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado de R\$ 7.317 (R\$ 9.039 em 2013) refere-se na sua totalidade por ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

(b) Benefícios a empregados

O Banco mantém para seus funcionários dois planos de previdência complementar, o primeiro para os funcionários contratados até 31 de dezembro de 2009 e o segundo para os funcionários contratados a partir de 1º de janeiro de 2010, administrados pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, com o objetivo de complementar os benefícios oferecidos pela Previdência Social (INSS). Trata-se de um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida respectivamente, o primeiro possuindo uma parcela de benefício definido extensivo a todos os funcionários cobertos e uma parcela opcional de contribuição definida onde os funcionários podem realizar contribuições que variam de 0,10% a 10,0% do salário bruto, com uma contrapartida de 100% e o segundo, por se tratar de um plano de contribuição definida, é opcional também a participação do funcionário podendo o mesmo realizar contribuições que variam de 0,10% a 7,50% da parcela do salário que exceder a R\$ 2,5 (Dois mil e quinhentos reais) com uma contrapartida de 150%, o volume financeiro vertido para os planos durante o exercício de 2014 foi de R\$ 90 (R\$ 87 em 2013).

O Banco também oferece um plano de previdência complementar com finalidade específica administrado da mesma forma pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar. Trata-se de um plano de contribuição definida e tem como objetivo o pagamento de benefícios assistenciais no momento da aposentadoria.

(i) Superávit do plano

	2014	2013
Plano de aposentadoria	1.607	1.493

(ii) Principais hipóteses atuariais

	2014	2013
Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial		
Taxa de desconto nominal	12,31%	12,68%
Taxa de aumento nominal do salário	8,97%	8,77%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,80%	5,60%
Hipóteses usadas para determinar a despesa/receita a ser reconhecida		
Taxa de desconto nominal	12,68%	8,68%
Taxa de aumento nominal do salário	8,77%	7,63%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,60%	4,50%
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

(c) Acordo de compensação

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida à essas instituições.

Em milhares de reais - R\$

(d) Lei Federal nº 12.973/14

Em 14 de maio de 2014/14, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Financeiras.

24. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014 (artigo 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até 7 de outubro de 2014, ficam mantidos os valores limites atuais.

A DIRETORIA

Fernando da Silva Luiz - Contador - CRC 1SP238931/O-2

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas do

Banco Cargill S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. (ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de março de 2015



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Jubran Pereira Pinto Coelho

Contador CRC 1MG077045/O-0 T-SP



Luz Publicidade

Cargill[®]
Banco Cargill